

RELATÓRIO ANUAL 2020

SICOOB CREDICARMO




SICOOB
Credicarmo

ÍNDICE

PALAVRA DO PRESIDENTE.....	02
EVOLUÇÃO SICOOB CREDICARMO 2020.....	03
DIFERENCIAL DO COOPERATIVISMO NA PRÁTICA.....	04
DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO DE 2019.....	06
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	07
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS	16
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – CNAC	37
PARECER DO CONSELHO FISCAL	39

PALAVRA DO PRESIDENTE



“É notável o papel do cooperativismo como agente de desenvolvimento econômico e social, o que faz com que o movimento tenha a perspectiva de se consolidar como o modelo empresarial que mais cresce no planeta.”

Gostaria de iniciar minha fala, baseada nesse pequeno trecho acima, pois nossa administração vem conduzindo os trabalhos na cooperativa muito semelhante aos dizeres do texto. Trabalhamos o desenvolvimento econômico, fomentando crédito e prestando todo tipo de serviços financeiros à todos os nossos associados independente de qualquer setor de produção que ele atue. Fazemos também um trabalho com muita ênfase nas ações sociais de nossa comunidade, assim dando continuidade ao crescimento da empresa, de nossos associados e da comunidade onde estamos. Terminamos em fevereiro de 2021 nossa belíssima Nova Sede, para dar melhor conforto e agilidade ao atendimento de nossos associados.

2020 foi um ano muito difícil para todos nós, pois não sabíamos como o ano terminaria com a Pandemia Covid 19. Com muito cuidado e com a graça de Deus, até o momento não tivemos nem um caso de Covid com nossos colaboradores e no quadro administrativo. O momento ainda é de muita preocupação e não devemos descuidar por causa do vírus que ainda está em pleno perigo.

O ano terminou e conseguimos fechar nossos números com resultado bastante positivo. O Patrimônio Líquido alcançou seus R\$ 36.573.029,00, as Sobras do Exercício R\$ 5.491.405,00 e os Ativos Totais 133.909.706,00, um crescimento extraordinário para um ano tão difícil como esse que passamos. Os demais números estarão apresentados no relatório a frente. Nossos números foram bons, pois Carmo do Rio Claro e Alterosa, onde temos agência e a demais cidades que temos associados, são cidades que o agronegócio é muito forte e tem próximo de 80% de participação no PIB do município. Esse setor não parou e as commodities foram negociadas a preços excelentes. Isso fez com que a maioria de nossos associados não sofresse tanto com os percalços causados pela pandemia. O setor de serviços e empresas que trabalham com bens que não são de primeira necessidade, esses sim tiveram problemas, mas a cooperativa através de Resolução 4782 (Covid 19) específica do Banco Central do Brasil e com mecanismos internos, conseguiu adequar os compromissos de pagamento que essas empresas tinham contraídas, aliviando e dando fôlego até que toda essa situação de pandemia amenize.

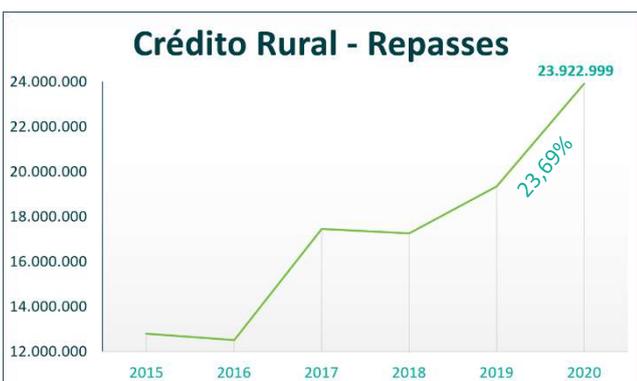
Enfim, podemos dizer que mesmo com tanta indecisão sobre a economia e saúde em nosso País, terminamos o ano bem e saudáveis. Assim faço minha despedida agradecendo mais uma vez a todos os nossos associados e os convido a fazer uma boa leitura do nosso Relatório de Gestão, conhecer a nossa nova Sede tirando suas dúvidas na AGO – Assembleia Geral Ordinária ou nas dependências da Sicoob Credicarmo.

Obrigado e um abraço forte a todos.

Rodrigo Reis de Azevedo.

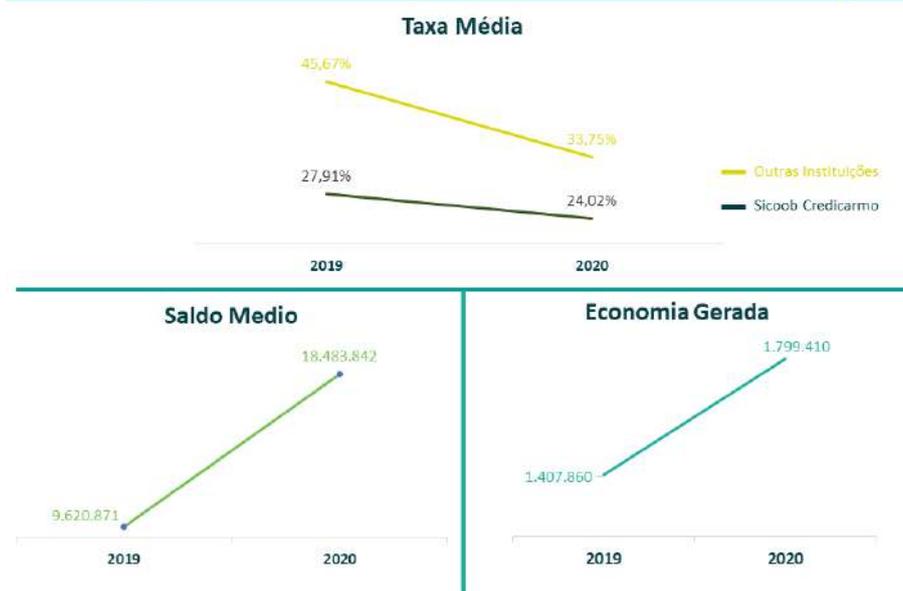
Presidente do Conselho de Administração.

EVOLUÇÃO SICOOB CREDICARMO 2020



DIFERENCIAL DO COOPERATIVISMO NA PRÁTICA

Empréstimos



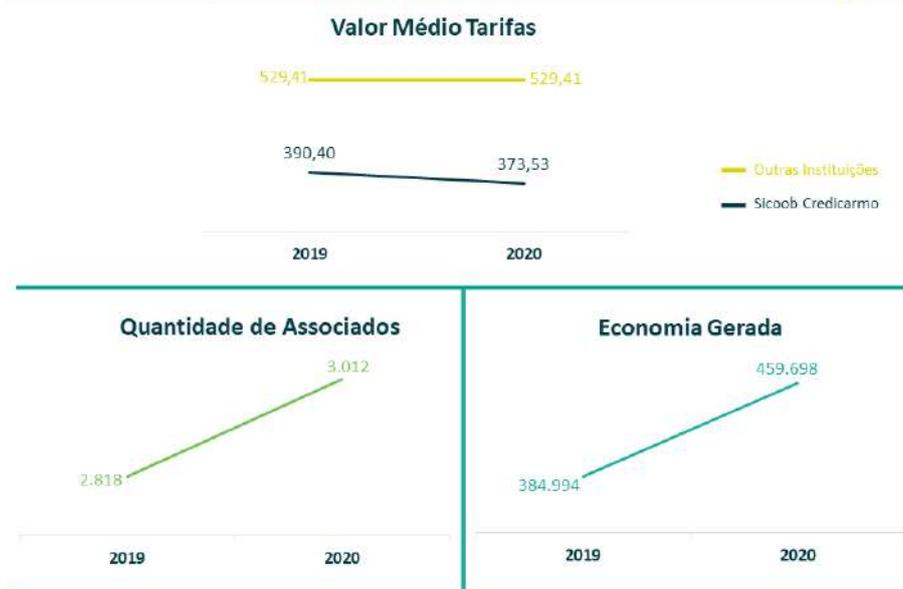
O Sicoob Credicarmo liberou em 2020 na carteira de Empréstimo **R\$18.483.842,41** com taxa média de **24,02%** a.a. Comparando com a taxa de **33,75%** a.a, utilizada por outras Instituições Financeiras, a economia gerada para nossos associados foi de **R\$ 1.799.410,00**.

Depósitos a Prazo



O Sicoob Credicarmo praticou uma taxa média **2,64% a.a.** para remunerar aplicações de depósitos a prazo. O saldo médio no ano de 2020, aplicado por todos Cooperados foi de **R\$ 41.563.223,08**. Comparando com a taxa média de **2,41%** utilizada pelo SFN nesta modalidade, o ganho gerado para nossos associados foi de **R\$ 98.805,00**.

Tarifas por Associados



Associados do Sicoob Credicarmo, pagaram 30% a menos nos valores tarifários do que foi cobrado por outras Instituições. Considerando a quantidade de cooperados, a economia total foi de **R\$ 459.698,00** resultando em um ganho médio de **R\$155,88** por associado no ano de 2020.

Resumo de Vantagens



PRODUTO	Saldo Médio	Taxa/Valor Anual Sicoob Credicarmo	Taxa/Valor Anual Outras Instituições	Economia Gerada
Empréstimos	18.483.842,41	24,02%	33,75%	1.799.410,00
Conta Garantida	934.208,17	60,23%	301,19%	2.251.034,00
Cheque Especial	610.426,70	111,22%	118,95%	47.158,00
Financiamentos	2.408.520,23	19,49%	20,86%	33.170,00
Depósitos a Prazo	41.563.223,08	2,64%	2,41%	98.805,00
Tarifas por Associados		R\$ 373,53	R\$ 529,41	459.698,00
Ganho Indireto Associados				4.689.275,00
Sobras		R\$ 5.491.405,32	-	5.491.405,32
Ganho Total Associados				10.180.680,32

Fonte: Banco Central do Brasil



DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO DE 2019

Em 2020, o SICOOB CREDICARMO distribuiu **R\$ 1.245.939,39** em Conta Capital e **R\$100.000,00** diretamente em conta corrente de seus associados. Tudo isso foi feito com o resultado das sobras líquidas do exercício de 2019, conforme definido em Assembleia.

Alguns Exemplos Práticos...



1



Se manteve **R\$2.000,00** em média na conta durante o ano

Recebeu **R\$76,00** em cotas

O ganho acima superou o rendimento da poupança em 2020, que foi de **2,11% aa.**



Alguns Exemplos Práticos...



2



Para quem aplicou em média **R\$10.000,00** durante todo ano

No SFN receberia rendimento de **R\$241,00** enquanto no Sicoob Credicarmo recebeu **R\$264,00**

Além da remuneração acima, o associado recebeu mais **R\$88,00** em conta capital.



Alguns Exemplos Práticos...



3



Para quem pagou **R\$ 500,00** em tarifas ou juros.

Mesmo o Sicoob Credicarmo praticando em média 30% a menos valores tarifários em relação ao SFN, ainda devolveu 10% do que foi pago.

No exemplo acima o ganho em cotas foi de **R\$ 50,00.**



Alguns Exemplos Práticos...



4



Quem pagou em média **R\$1.000,00** por mês em fatura de cartão

Além da vantagem progressiva que dá desconto na anuidade de acordo com a utilização, do programa de pontos que permite troca por produtos e crédito na fatura.

o Sicoob Credicarmo ainda devolveu **R\$ 83,10** em dinheiro na **conta corrente** em 07/08/2020.



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA. - SICOOB CREDICARMO na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDICARMO completou 31 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDICARMO obteve um resultado de R\$ 5.491.405,32 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 15,01%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 59.753.766,48. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 63.573.864,70.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	34.397.062,50	54,11%
Carteira Comercial	29.176.802,20	45,89%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 39,36% da carteira, no montante de R\$ 25.020.139,12.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 68.822.667,16, apresentaram uma evolução de 32,94% em relação a dezembro de 2019.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	25.606.248,07	37,21%
Depósitos a Prazo	38.619.068,41	56,11%
LCA	4.476.648,02	6,50%
LCI	120.702,66	0,18%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 26,49% da captação, no montante de R\$ 18.234.274,08.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICARMO era de R\$ 33.808.868,25. O quadro de associados era composto por 3.012 cooperados, havendo um acréscimo de 6,92% em relação a dezembro de 2019.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDICARMO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,24% nos níveis de “AA” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICARMO aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDICARMO não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Carmo do Rio Claro, MG 26 de janeiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

Rodrigo Reis de Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

Conselheiros Administrativos

Leonardo Krauss Santana Pereira

Edson Costa De Paula

Cristiane Aparecida Da Silva

Claumi Pio Villela Junior

Diretoria Executiva

Rodrigo Carvalho Rollim

Edson Rodrigo Marinho

Geraldo Majela Ferreira

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA.
SICOOB CREDICARMO
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

				Em Reais	
Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019		
ATIVO		133.909.706,35	107.210.263,10		
Circulante		102.461.295,15	86.850.264,40		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	60.225.301,35	50.034.593,97		
Disponibilidades		471.534,87	1.064.223,08		
Centralização Financeira - Cooperativas		59.753.766,48	48.970.370,89		
Operações de Crédito	5	41.628.796,11	36.294.256,91		
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		13.809.526,86	12.157.314,50		
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.059.904,86)	(757.193,16)		
Financiamentos		1.000.112,06	563.299,84		
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(18.491,86)	(26.452,10)		
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		28.118.831,35	24.779.015,31		
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(221.277,44)	(421.727,48)		
Outros Créditos	6	504.182,14	418.325,88		
Créditos por Avais e Fianças Honradas		29.752,03	46.231,91		
Rendas a Receber		206.784,34	310.575,04		
Diversos		286.048,37	95.381,58		
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		3.810,49	3.810,49		
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(22.213,09)	(37.673,14)		
Outros Valores e Bens	7	103.015,55	103.087,64		
Outros Valores e Bens		55.800,00	55.800,00		
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(5.800,00)	-		
Despesas Antecipadas		53.015,55	47.287,64		
Não Circulante		31.448.411,20	20.359.998,70		
Realizável a Longo Prazo		20.600.279,89	11.670.272,39		
Operações de Crédito	5	19.773.085,79	10.851.096,40		
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		11.845.235,76	7.346.376,19		
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(793.587,10)	(740.954,70)		
Financiamentos		2.521.927,52	879.011,31		
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(36.516,98)	(37.293,37)		
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		6.278.231,15	3.453.389,67		
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(42.204,56)	(49.432,70)		
Outros Créditos	6	827.194,10	819.175,99		
Devedores por Depósitos em Garantia		827.194,10	819.175,99		
Permanente		10.848.131,31	8.689.726,31		
Investimentos	8	4.956.176,93	4.786.040,33		
Participação em Cooperativa Central de Crédito		4.897.792,93	4.727.656,33		
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		58.384,00	58.384,00		
Imobilizado de Uso	9	5.891.954,38	3.903.685,98		
Imobilizado de Uso		6.651.732,92	4.609.765,50		
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(759.778,54)	(706.079,52)		
Total do Ativo		133.909.706,35	107.210.263,10		

PASSIVO		97.336.677,17	75.212.716,89
Circulante		95.287.953,03	72.257.956,13
Depósitos	10	64.225.316,48	49.284.462,48
Depósitos à Vista		25.606.248,07	14.865.905,82
Depósitos Sob Aviso		106.943,54	104.108,79
Depósitos à Prazo		38.512.124,87	34.314.447,87
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11	4.597.350,68	2.356.471,11
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		4.476.648,02	2.356.471,11
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		120.702,66	-
Relações Interfinanceiras	12	6.829.412,72	3.241.553,47
Repasse Interfinanceiros		6.829.412,67	3.241.553,47
Correspondente no País		0,05	-
Relações Interdependências	13	189.353,05	1.138.278,40
Recursos em Trânsito de Terceiros		189.353,05	1.138.278,40
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12	17.247.213,46	14.363.058,45
Obrigações Por Repasses		17.247.213,46	14.363.058,45
Outras Obrigações	14	2.199.306,64	1.874.132,22
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		242,26	8.625,88
Sociais e Estatutárias		1.173.117,19	967.368,00
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		285.473,42	237.942,22
Diversas		740.473,77	660.196,12
Não Circulante		2.048.724,14	2.954.760,76
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	11	-	128.074,39
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		-	128.074,39
Relações Interfinanceiras	12	1.007.371,52	1.735.900,00
Repasse Interfinanceiros		1.007.371,52	1.735.900,00
Outras Obrigações	14	1.041.352,62	1.090.786,37
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		837.194,10	829.844,59
Diversas		204.158,52	260.941,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	36.573.029,18	31.997.546,21
Capital Social		15.785.999,90	14.942.694,60
De Domiciliados No País		15.787.249,90	14.946.094,60
(-) Capital A Realizar		(1.250,00)	(3.400,00)
Reserva de Sobras	16	19.183.413,37	15.708.912,22
Sobras ou Perdas Acumuladas	16	1.603.615,91	1.345.939,39
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		133.909.706,35	107.210.263,10
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA.
SICOOB CREDICARMO
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

					Em Reais
Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		5.123.394,39	10.494.575,49	5.629.511,61	10.678.219,66
Operações de Crédito	5.h	4.456.107,09	8.946.448,15	4.148.000,92	7.908.940,75
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		667.287,30	1.548.127,34	1.481.510,69	2.769.278,91
Dispêndio da Intermediação Financeira	18	(1.370.133,37)	(3.529.215,73)	(2.236.804,23)	(4.668.322,63)
Operações de Captação no Mercado	10.b	(457.901,57)	(1.161.529,95)	(970.578,29)	(1.905.438,47)
Operações de Empréstimos e Repasses	12.a	(867.003,55)	(1.567.852,24)	(921.982,59)	(1.619.344,36)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(45.228,25)	(799.833,54)	(344.243,35)	(1.143.539,80)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.753.261,02	6.965.359,76	3.392.707,38	6.009.897,03
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(315.587,69)	(980.853,74)	(513.728,74)	(1.035.715,34)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19	1.058.282,86	1.836.497,26	779.192,94	1.371.982,31
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	407.822,18	837.369,81	412.374,00	803.354,23
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21	(1.510.220,06)	(3.007.294,88)	(1.420.955,55)	(2.899.292,27)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(878.554,73)	(1.755.812,09)	(864.004,06)	(1.709.483,93)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(98.283,50)	(171.513,57)	(72.734,45)	(135.261,51)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	890.506,87	1.573.510,64	801.992,90	1.884.302,30
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(117.418,30)	(166.261,63)	(91.404,49)	(150.147,53)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(3.671,08)	(7.349,51)	(18.136,04)	(27.736,58)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(64.051,93)	(119.999,77)	(40.053,99)	(173.432,36)
Resultado Operacional		3.437.673,33	5.984.506,02	2.878.978,64	4.974.181,69
Outras Receitas e Despesas	25	49,01	(4.905,63)	11,64	(1.142,86)
Outras Receitas		189,46	1.034,82	80,00	425,50
Outras Despesas		(140,45)	(140,45)	(68,36)	(1.568,36)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		-	(5.800,00)	-	-
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.437.722,34	5.979.600,39	2.878.990,28	4.973.038,83
Imposto de Rendas		(149.445,68)	(238.953,77)	(92.524,32)	(159.675,23)
Contribuição Social		(88.853,04)	(147.657,25)	(66.215,59)	(114.252,69)
Participações nos Resultados de Empregados		(66.644,01)	(101.584,05)	(80.287,57)	(125.819,52)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.132.779,61	5.491.405,32	2.639.962,80	4.573.291,39
Destinações Legais e Estatutárias	16.d	-	(3.887.789,41)	-	(3.227.352,00)
FATES		-	(413.288,26)	-	(311.149,99)
Reserva Legal		-	(3.474.501,15)	-	(2.916.202,01)
Sobras/Perdas Líquidas		3.132.779,61	1.603.615,91	2.639.962,80	1.345.939,39
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	-	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA.
SICOOB CREDICARMO
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

					Em Reais
DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		3.132.779,61	5.491.405,32	2.639.962,80	4.573.291,39
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		3.132.779,61	5.491.405,32	2.639.962,80	4.573.291,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA.
SICOOB CREDICARMO
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Em Reais					
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		3.132.779,61	5.491.405,32	2.639.962,80	4.573.291,39
Juros ao Capital Recebido		(130.836,30)	(130.836,30)	(157.985,40)	(157.985,40)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(99.174,63)	-	(620.624,23)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		45.228,25	799.833,54	344.243,35	1.143.539,80
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		64.051,93	119.999,77	40.053,99	173.432,36
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens		-	(5.800,00)	-	-
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes		3.671,08	7.349,51	18.136,04	27.736,58
Atualização de Depósitos em Garantia		(3.671,08)	(8.018,11)	(8.136,04)	(17.067,98)
Depreciações e Amortizações		38.968,58	77.970,71	34.961,95	69.575,28
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		3.150.192,07	6.252.729,81	2.911.236,69	5.191.897,80
Aumento (redução) em ativos operacionais					
Relações Interfinanceiras		1.945,85	-	-	-
Operações de Crédito		(9.294.503,81)	(15.056.362,13)	(7.138.393,20)	(8.065.996,94)
Outros Créditos		112.680,98	(85.856,26)	317.712,25	256.526,72
Outros Valores e Bens		37.904,70	5.872,09	29.577,90	(602,57)
Aumento (redução) em passivos operacionais					
Depósitos à Vista		6.891.328,07	10.740.342,25	3.995.271,31	4.694.978,70
Depósitos sob Aviso		1.028,86	2.834,75	2.796,83	4.828,55
Depósitos à Prazo		1.168.026,37	4.197.677,00	2.734.536,49	2.974.465,75
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		100.748,93	1.992.102,52	2.484.545,50	2.484.545,50
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		120.702,66	120.702,66	-	-
Resultado de Exercícios Futuros		(2.377,99)	-	-	-
Relações Interdependências		152.392,76	(948.925,35)	1.120.423,04	650.417,71
Relações Interfinanceiras		3.695.329,01	2.859.330,77	1.052.891,35	(179.343,68)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		2.057.691,73	2.884.155,01	412.768,95	256.081,22
Outras Obrigações		685.120,83	665.838,71	614.141,88	532.277,08
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(146.018,94)	(146.018,94)	(86.826,76)	(86.826,76)
FATES Sobras Exercício		(267.269,32)	(267.269,32)	(224.323,23)	(224.323,23)
Imposto de Renda		(149.445,68)	(238.953,77)	(92.524,32)	(159.675,23)
Contribuição Social		(88.853,04)	(147.657,25)	(66.215,59)	(114.252,69)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		8.226.624,04	12.830.542,55	8.067.619,09	8.214.997,93
Atividades de Investimentos					
Recebimento Dividendos		-	9.337,92	-	19.022,49
Distribuição Sobras da Central		-	89.836,71	-	601.601,74
Aquisição de Imobilizado de Uso		(692.053,97)	(2.066.239,11)	(1.277.085,19)	(2.062.287,03)
Aquisição de investimentos		(130.836,30)	(170.136,60)	(157.985,40)	(542.729,34)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(822.890,27)	(2.137.201,08)	(1.435.070,59)	(1.984.392,14)
Atividades de Financiamentos					
Aumento por Novos Aportes de Capital		116.992,46	169.242,75	98.419,77	161.471,38
Devolução de Capital à Cooperados		(383.137,19)	(571.876,84)	(459.549,68)	(787.725,15)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(100.000,00)	(100.000,00)	-	(100.000,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(366.144,73)	(502.634,09)	(361.129,91)	(726.253,77)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		7.037.589,04	10.190.707,38	6.271.418,59	5.504.352,02
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		53.187.712,31	50.034.593,97	43.763.175,38	44.530.241,95
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	60.225.301,35	60.225.301,35	50.034.593,97	50.034.593,97
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		7.037.589,04	10.190.707,38	6.271.418,59	5.504.352,02
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		0,00	-	(0,00)	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA.
SICCOB CREDICARMO
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018		14.005.059,60	(9.240,00)	12.792.710,21	1.673.128,77	28.461.658,58
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(100.000,00)	(100.000,00)
Ao Capital		1.573.128,77	-	-	(1.573.128,77)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		155.631,38	5.840,00	-	-	161.471,38
Por Devolução (-)		(787.725,15)	-	-	-	(787.725,15)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	4.573.291,39	4.573.291,39
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(86.826,76)	(86.826,76)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	2.916.202,01	(2.916.202,01)	-
F A T E S		-	-	-	(224.323,23)	(224.323,23)
Saldo em 31/12/2019		14.946.094,60	(3.400,00)	15.708.912,22	1.345.939,39	31.997.546,21
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(100.000,00)	(100.000,00)
Ao Capital		1.245.939,39	-	-	(1.245.939,39)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		167.092,75	2.150,00	-	-	169.242,75
Por Devolução (-)		(571.876,84)	-	-	-	(571.876,84)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	5.491.405,32	5.491.405,32
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(146.018,94)	(146.018,94)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	3.474.501,15	(3.474.501,15)	-
F A T E S		-	-	-	(267.269,32)	(267.269,32)
Saldo em 31/12/2020		15.787.249,90	(1.250,00)	19.183.413,37	1.603.615,91	36.573.029,18
Saldo em 30/06/2019		15.312.149,51	(8.325,00)	12.792.710,21	1.933.328,59	30.029.863,31
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		93.494,77	4.925,00	-	-	98.419,77
Por Devolução (-)		(459.549,68)	-	-	-	(459.549,68)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	2.639.962,80	2.639.962,80
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(86.826,76)	(86.826,76)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	2.916.202,01	(2.916.202,01)	-
F A T E S		-	-	-	(224.323,23)	(224.323,23)
Saldo em 31/12/2019		14.946.094,60	(3.400,00)	15.708.912,22	1.345.939,39	31.997.546,21
Saldo em 30/06/2020		14.806.205,24	-	15.708.912,22	3.704.565,10	34.219.682,56
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(100.000,00)	(100.000,00)
Ao Capital		1.245.939,39	-	-	(1.245.939,39)	-
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		118.242,46	(1.250,00)	-	-	116.992,46
Por Devolução (-)		(383.137,19)	-	-	-	(383.137,19)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	3.132.779,61	3.132.779,61
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(146.018,94)	(146.018,94)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	3.474.501,15	(3.474.501,15)	-
F A T E S		-	-	-	(267.269,32)	(267.269,32)
Saldo em 31/12/2020		15.787.249,90	(1.250,00)	19.183.413,37	1.603.615,91	36.573.029,18

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA. - SICOOB
CREDICARMO**

CNPJ - 25.743.311/0001-71

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA. - SICOOB CREDICARMO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 13/02/1989, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICARMO sediada à Rua Capitão Pedro Augusto Corrêa, nº 140, Centro, Carmo do Rio Claro/MG, possui um Posto de Atendimento (PA's) na seguinte localidade: Alterosa- MG.

O SICOOB CREDICARMO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 26/01/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

A **Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020**, entra em vigor em 1º de janeiro de 2022 e estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

O SICOOB CREDICARMO, em conjunto com seus associados e colaboradores, vem seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde para evitar a propagação do Novo Coronavírus, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão: respeitando e orientando sobre o distanciamento social com marcações no solo e limitação de quantidade de pessoas dentro da agência, uso e disponibilização de álcool em gel para os funcionários e associados/usuários no interior da Cooperativa, obrigatoriedade do uso de máscaras de todos que adentrarem na agência, limpeza com desinfetante e álcool diariamente dos locais frequentados pelos funcionários e associados e seguindo demais recomendações pelas autoridades de saúde.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades - Caixa e depósitos bancários	471.534,87	1.064.223,08
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	59.753.766,48	48.970.370,89
Total	60.225.301,35	50.034.593,97

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 1.548.127,34 e R\$ 2.769.278,91.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	3.102,46	-	3.102,46	9.619,61
Cheque Especial / Conta Garantida	1.490.886,48	-	1.490.886,48	2.126.779,24
Empréstimos	10.199.428,24	11.845.235,76	22.044.664,00	13.336.396,27
Financiamentos	1.000.112,06	2.521.927,52	3.522.039,58	1.442.311,15
Títulos Descontados	2.116.109,68	-	2.116.109,68	4.030.895,57
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	28.118.831,35	6.278.231,15	34.397.062,50	28.232.404,98
(-) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(1.299.674,16)	(872.308,64)	(2.171.982,80)	(2.033.053,51)
Total	41.628.796,11	19.773.085,79	61.401.881,90	47.145.353,31

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	10.476.323,35	-	5.563.349,64	-
A	0,50%	Normal	22.087.443,16	(110.437,25)	19.429.143,30	(97.145,76)
B	1%	Normal	18.566.739,09	(185.667,44)	15.639.552,06	(156.395,58)
B	1%	Vencidas	-	-	30.443,65	(304,44)
C	3%	Normal	9.012.926,45	(270.387,87)	5.441.851,72	(163.255,62)
C	3%	Vencidas	405.669,29	(12.170,08)	91.173,29	(2.735,20)
D	10%	Normal	753.357,28	(75.335,75)	541.603,44	(54.160,37)
D	10%	Vencidas	321.145,46	(32.114,55)	133.808,97	(13.380,90)
E	30%	Normal	436.229,53	(130.868,90)	263.310,43	(78.993,16)
E	30%	Vencidas	34.116,26	(10.234,88)	91.402,80	(27.420,85)
F	50%	Normal	6.872,08	(3.436,04)	295.950,20	(147.975,16)
F	50%	Vencidas	173.380,94	(86.690,49)	730.305,07	(365.152,68)
G	70%	Normal	55.802,58	(39.061,82)	-	-
G	70%	Vencidas	94.271,73	(65.990,23)	1.261,51	(883,06)
H	100%	Normal	467.354,15	(467.354,15)	730.606,40	(730.606,40)
H	100%	Vencidas	682.233,35	(682.233,35)	194.644,34	(194.644,34)
Total Normal			61.863.047,67	(1.282.549,21)	47.905.367,19	(1.428.532,04)
Total Vencido			1.710.817,03	(889.433,59)	1.273.039,63	(604.521,47)
Total Geral			63.573.864,70	(2.171.982,80)	49.178.406,82	(2.033.053,51)
Provisões			(2.171.982,80)	-	(2.033.053,51)	-
Total Líquido			61.401.881,90	-	47.145.353,31	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 365	Acima de 365	Total
Empréstimos	-	2.163.681,07	8.035.747,17	11.845.235,76	22.044.664,00
Títulos Descontados	-	1.968.287,32	147.822,36	-	2.116.109,68
Financiamentos	-	269.898,41	730.213,65	2.521.927,52	3.522.039,58
Financiamentos Rurais	-	1.670.736,39	26.448.094,96	6.278.231,15	34.397.062,50
Adiantamento a Depositantes	3.102,46	-	-	-	3.102,46
Cheque Especial / Conta Garantida	1.490.886,48	-	-	-	1.490.886,48
Total	1.493.988,94	6.072.603,19	35.361.878,14	20.645.394,43	63.573.864,70

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.921.234,55	97.612,11	-	3.018.846,66	4,75%
Setor Privado - Indústria	8.924,42	-	-	8.924,42	0,01%
Setor Privado - Serviços	10.382.003,66	1.455.424,60	-	11.837.428,26	18,62%
Pessoa Física	11.836.273,69	1.969.002,87	34.397.062,50	48.202.339,06	75,82%
Outros	506.326,30	-	-	506.326,30	0,80%
TOTAL	25.654.762,62	3.522.039,58	34.397.062,50	63.573.864,70	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	2.033.053,51	1.448.874,15
Constituições/Reversões no período	815.293,59	1.122.665,87
Transferência para Prejuízo no período	(676.364,30)	(538.486,51)
Total	2.171.982,80	2.033.053,51

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	3.651.573,73	5,75%	2.488.442,18	5,06%
10 Maiores Devedores	15.932.123,31	25,08%	13.020.569,42	26,50%
50 Maiores Devedores	38.031.140,86	59,86%	30.209.595,46	61,48%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.549.951,83	1.078.256,29
Valor das operações transferidas no período	676.364,30	538.486,51
Valor das operações recuperadas no período	(143.207,78)	(64.525,98)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	(2.264,99)
Total	2.083.108,35	1.549.951,83

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a depositantes	30.547,56	70.617,44	39.564,25	102.393,14
Rendas de Empréstimos	2.504.873,72	4.918.407,56	1.968.006,17	3.461.141,84
Rendas de Títulos Descontados	201.813,47	601.013,97	505.500,91	1.026.453,22
Rendas de Financiamentos	257.016,42	424.328,99	181.268,73	367.037,49
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Livres	635.514,50	1.337.888,74	738.518,71	1.526.681,78
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados à Vista	106.833,25	169.891,46	35.942,99	63.911,37
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados da Poup. Rural	158.196,14	324.085,60	181.748,22	395.531,35
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados de LCA	17.032,52	34.173,41	12.989,09	12.989,09
Rendas de Financ. Rurais - Recursos de Fontes Públicas	426.358,59	922.833,20	437.252,03	887.272,73
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	117.920,92	143.207,78	47.209,82	65.528,74
Total	4.456.107,09	8.946.448,15	4.148.000,92	7.908.940,75

6. Outros créditos

Referem-se às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.752,03	-	46.231,91	-
Rendas a Receber	206.784,34	-	310.575,04	-
Rendas da Centralização Financeira - Cooperativa Central (a)	102.239,28	-	197.396,20	-
Outras Rendas a Receber (b)	104.545,06	-	113.178,84	-
Diversos	286.048,37	-	95.381,58	-
Adiantamentos	243.980,45	-	76.944,55	-
Títulos e Créditos a Receber (c)	17.964,60	-	13.607,61	-
Diversos (d)	24.103,32	-	4.829,42	-
Depósitos em Garantia (e)	-	827.194,10	-	819.175,99
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	3.810,49	-	3.810,49	-
(-) Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (f)	(22.213,09)	-	(37.673,14)	-
Total	504.182,14	827.194,10	418.325,88	819.175,99

- (a) Refere-se a rendas de aplicação da Centralização Financeira (R\$102.239,28)
- (b) Refere-se a rendas de Delcredere – Mapa Funcafé (R\$104.545,06)
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber - Tarifas (R\$17.964,60);
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$16.807,59), Plano de Saude a Receber (R\$2.396,15), Pendências a Regularizar - Bancoob (R\$3.096,00) e outros (R\$1.803,58);
- (e) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Pis - Depósito Judicial (R\$209.470,36), Cofins - Depósito Judicial (R\$617.723,74);
- (f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco		Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	5.252,06	5.252,06	(1.575,62)	8.514,05	(2.554,22)
F	50%	2.526,91	2.526,91	(1.263,46)	3.708,00	(1.854,00)
G	70%	8.663,53	8.663,53	(6.064,48)	2.483,12	(1.738,18)
H	100%	13.309,53	13.309,53	(13.309,53)	31.526,74	(31.526,74)
Total Geral		29.752,03	29.752,03	(22.213,09)	46.231,91	(37.673,14)
Provisões		(22.213,09)	(22.213,09)		(37.673,14)	
Total Líquido		7.538,94	7.538,94		8.558,77	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	55.800,00	55.800,00
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(5.800,00)	-
Despesas Antecipadas (c)	53.015,55	47.287,64
Total	103.015,55	103.087,64

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 55.800,00, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.
- (c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 53.015,55, referentes a Prêmios de Seguros (R\$35.123,33), Processamento de Dados (R\$11.579,90) e outros (R\$6.312,32).

8. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.	4.897.792,93	4.727.656,33
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	58.384,00	58.384,00
Total	4.956.176,93	4.786.040,33

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	-	25.130,55	25.130,55
Edificações	4%	229.660,32	229.660,32
Imobilizações em Curso (a)	-	5.358.728,99	3.485.428,52
Instalações	10%	29.918,30	29.918,30
Móveis e Equipamentos	10%	263.357,08	185.678,96
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	337.966,60	351.165,53
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	10%	219.528,32	212.172,14
Veículos	20%	90.611,18	90.611,18
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Até 10%	96.831,58	-
Total		6.651.732,92	4.609.765,50
(-) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		(759.778,54)	(706.079,52)
Total		5.891.954,38	3.903.685,98

- a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base

no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à Vista	25.606.248,07	14.865.905,82
Depósitos a Prazo	38.512.124,87	34.314.447,87
Depósitos Sob Aviso	106.943,54	104.108,79
Total	64.225.316,48	49.284.462,48

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	1.857.328,58	2,71%	1.149.742,52	2,20%
10 Maiores Depositantes	12.174.833,92	17,77%	9.172.799,90	17,55%
50 Maiores Depositantes	28.834.171,73	42,11%	24.175.373,48	46,26%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º Sem. 2020	31/12/2020	2º Sem. 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.028,86)	(2.834,75)	(2.796,83)	(5.780,56)
Despesas de Depósitos a Prazo	(370.866,26)	(959.724,17)	(903.255,13)	(1.804.199,03)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(35.133,11)	(106.566,22)	(28.400,63)	(28.400,63)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(702,93)	(702,93)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	(50.170,41)	(91.701,88)	(36.125,70)	(67.058,25)
Total	(457.901,57)	(1.161.529,95)	(970.578,29)	(1.905.438,47)

11. Recursos de aceite e emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	4.476.648,02	-	2.356.471,11	128.074,39
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	120.702,66	-	-	-
Total	4.597.350,68	-	2.356.471,11	128.074,39

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(35.133,11)	(106.566,22)	0,14	(28.400,63)	(28.400,63)	0,32
Despesa Letras De Crédito do Imobiliário	(702,93)	(702,93)	0,14	0,00	0,00	0,00

12. Relações interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	De 4,00% até 11,50% a.a.	Até 09/2027	6.829.412,67	1.007.371,52	3.241.553,47	1.735.900,00
Obrigações Por Repasses- Outras Instituições	De 5,25% até 7,00% a.a.	até 11/2021	17.247.213,46		14.363.058,45	
TOTAL			24.076.626,13	1.007.371,52	17.604.611,92	1.735.900,00

a) Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	2º Sem. 2020	31/12/2020	2º Sem. 2019	31/12/2019
BANCOOB	(243.054,75)	(437.544,87)	(178.110,85)	(360.183,02)
Sicoob Central Crediminas	-	-	(2.385,17)	(6.123,02)
Outras Instituições	(623.948,80)	(1.130.307,37)	(741.486,57)	(1.253.038,32)
Total	(867.003,55)	(1.567.852,24)	(921.982,59)	(1.619.344,36)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento (a)	182.000,00	1.126.000,00
Concessionários de Serviços Públicos	7.353,05	12.268,40
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	10,00
Total	189.353,05	1.138.278,40

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	242,26	-	8.625,88	-
Sociais e Estatutárias	1.173.117,19	-	967.368,00	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	285.473,42	-	237.942,22	-
Diversas	740.473,77	204.158,52	660.196,12	260.941,78
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	-	837.194,10	-	829.844,59
Total	2.199.306,64	1.041.352,62	1.874.132,22	1.090.786,37

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educ. e Social (a)	934.121,23	773.344,99
Cotas de Capital a pagar (b)	68.141,62	9.478,02
Participações nas Sobras dos Empregados (c)	102.299,73	122.084,69
Gratificações e Participações a pagar	68.554,61	62.460,30
Total	1.173.117,19	967.368,00

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados desligados do quadro social.
- (c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 19/02/2021.

14.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	159.002,61	98.314,50
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	126.470,81	139.627,72
Total	285.473,42	237.942,22

- (a) Refere-se a provisões IRPJ e CSLL, do 4º trimestre de 2020 sobre atos não cooperativos;
- (b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN) e Provisão PIS Folha de pagamento.

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Despesas de Pessoal	234.240,93	-	223.979,99	-
Outras Despesas Administrativas (a)	145.272,09	-	123.889,28	-
Cheques Descontados (b)	44.707,75	-	115.568,43	-
Provisões para Garantias Prestadas (c)	72.327,08	204.158,52	46.662,27	260.941,78
Convênios de Folha de Pagamento de Terceiros	170.647,22	-	109.618,36	-
Rateio de Despesas da Cooperativa Central	26.811,76	-	28.492,49	-
Credores Diversos – País (d)	46.466,94	-	11.985,30	-
Total	740.473,77	204.158,52	660.196,12	260.941,78

- (a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Água/Energia/Gas (R\$2.602,83) Manutenção e Conservação de Bens (R\$4.921,56), Processamento de dados (R\$ 2.846,83), Transporte (R\$3.734,52), Seguro (R\$28.367,48), Seguro Prestamista (R\$96.088,21) e outros (R\$6.710,66);

- (b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2020;

(c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	1.444.220,13	-	1.454.927,03	-
A	0,5%	(31.945,36)	3.883.218,43	(19.416,30)
B	1%	(12.438,96)	1.459.906,17	(14.599,11)
C	3%	(19.285,24)	460.290,20	(13.808,75)
D	10%	(17.822,42)	94.501,41	(9.450,15)
E	30%	(13.194,01)	25.176,48	(7.552,92)
F	50%	(532,52)	5.391,49	(2.695,76)
G	70%	(29,64)	-	-
H	100%	(181.237,45)	240.081,06	(240.081,06)
Total	10.124.565,06	(276.485,60)	7.623.492,27	(307.604,05)

(d) Referem-se a Pendências a Regularizar Bancoob (R\$45.705,38) e outros (R\$761,56);

14.4 Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

Provisões constituídas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Fiscais (a)	827.194,10	819.844,59
Outras Provisões	10.000,00	10.000,00
Total	837.194,10	829.844,59

a) Refere-se a provisão para: Pis (R\$209.470,36), Cofins (R\$617.723,74).

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICARMO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	15.785.999,90	14.942.694,60
Associados	3.012	2.817

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 65%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24.de Julho de 2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$1.245.939,39.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	5.491.405,32	4.573.291,39
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(146.018,94)	(86.826,76)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.345.386,38	4.486.464,63
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 65%	(3.474.501,15)	(2.916.202,01)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(267.269,32)	(224.323,23)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.603.615,91	1.345.939,39

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Resultado Bruto de Atos Não Cooperativos	976.315,46	749.943,61
Resultado Não Operacional	(4.905,63)	(1.142,86)
Lucro Líquido antes do IRRF e CSLL	971.409,83	748.800,75
Imposto de Renda e Contribuição Social	(386.611,02)	(273.927,92)
Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais	584.798,81	474.872,83
Dedução Resolução 129 - Sicoob Confederação	(438.779,87)	(388.046,07)
Resultado Líquido de Atos Não Cooperativos e Não Operacionais	146.018,94	86.826,76

O resultado de atos não cooperativos, quando positivo, é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(457.901,57)	(1.161.529,95)	(970.578,29)	(1.905.438,47)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(867.003,55)	(1.567.852,24)	(921.982,59)	(1.619.344,36)

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(45.228,25)	(799.833,54)	(344.243,35)	(1.143.539,80)
TOTAL	(1.370.133,37)	(3.529.215,73)	(2.236.804,23)	(4.668.322,63)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	88.769,67	168.348,47	66.806,34	115.515,74
Rendas de Transferências de Fundos	4.116,72	7.014,11	3.074,47	5.208,37
Rendas de outros serviços	963.018,48	1.655.320,27	709.312,13	1.251.258,20
Rendas de Garantias Prestadas	2.377,99	5.814,41	-	-
Total	1.058.282,86	1.836.497,26	779.192,94	1.371.982,31

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	148.250,00	298.908,02	150.993,45	292.898,45
Rendas de Serviços Prioritários - PF	81.985,74	172.525,33	85.084,96	169.578,96
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	10.299,44	13.064,03	1.847,30	3.277,69
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	167.287,00	352.872,43	174.448,29	337.599,13
TOTAL	407.822,18	837.369,81	412.374,00	803.354,23

21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(30.587,71)	(62.035,54)	(30.884,07)	(61.171,56)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(445.250,21)	(845.915,02)	(436.507,07)	(832.865,16)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(239.078,20)	(472.025,06)	(214.908,56)	(433.959,80)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(278.809,53)	(573.076,64)	(262.517,84)	(523.990,10)
Despesas de Pessoal - Proventos	(513.742,58)	(1.044.704,29)	(469.202,39)	(1.033.883,03)
Despesas de Pessoal - Treinamento	0,00	0,00	(432,00)	(432,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(2.751,83)	(9.538,33)	(6.503,62)	(12.990,62)
TOTAL	(1.510.220,06)	(3.007.294,88)	(1.420.955,55)	(2.899.292,27)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(16.509,67)	(31.792,11)	(15.547,81)	(32.664,90)
Despesas de Aluguéis	(5.470,00)	(10.520,00)	(1.020,00)	(1.965,00)
Despesas de Comunicações	(44.491,58)	(83.635,98)	(33.201,10)	(68.196,78)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(22.391,93)	(33.015,60)	(5.780,26)	(15.154,50)
Despesas de Material	(16.145,21)	(35.348,06)	(16.932,95)	(36.040,52)
Despesas de Processamento de Dados	(103.889,17)	(223.306,46)	(133.432,93)	(219.544,71)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(8.400,63)	(17.949,64)	(17.528,70)	(51.945,70)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(5.940,00)	(9.930,00)	(4.165,00)	(10.709,00)
Despesas de Seguros	(25.341,58)	(49.910,87)	(24.439,54)	(55.066,70)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(132.358,02)	(266.025,97)	(125.395,94)	(248.588,56)
Despesas de Serviços de Terceiros	(24.294,25)	(44.502,14)	(21.471,96)	(43.146,54)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(66.016,08)	(130.028,98)	(61.194,09)	(122.840,66)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(59.319,18)	(115.208,96)	(53.997,99)	(108.004,25)
Despesas de Transporte	(37.348,72)	(83.665,34)	(39.062,45)	(85.749,03)
Despesas de Viagem no País	(100,19)	(1.949,41)	(4.096,39)	(10.008,17)
Despesas de Depreciação	(38.968,58)	(77.970,71)	(34.961,95)	(69.575,28)
Outras Despesas Administrativas	(31.850,64)	(61.790,31)	(35.694,29)	(63.515,29)
Emolumentos judiciais e cartorários	(6.896,57)	(8.584,39)	(4.827,68)	(16.187,90)
Contribuição a OCE	(28.436,99)	(56.564,91)	(24.215,96)	(48.037,10)
Rateio de despesas da Central	(171.023,63)	(340.669,24)	(168.861,61)	(330.016,11)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(33.362,11)	(73.443,01)	(38.175,46)	(72.527,23)
TOTAL	(878.554,73)	(1.755.812,09)	(864.004,06)	(1.709.483,93)

23. Outras Receitas/Ingressos Operacionais

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	40.449,04	65.652,58	5.665,81	10.653,39
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	57.756,21	151.118,22	48.887,66	82.146,19
Dividendos Recebidos do Bancoob	-	9.337,92	-	19.022,49
Rendas de Cartões e Adquirência	204.702,10	449.346,03	203.653,48	413.771,12
Atualização de Depósitos Judiciais	3.671,08	8.018,11	8.136,04	17.067,98
Rendas de Repasses Interfinanceiros	424.487,73	640.760,36	377.526,30	577.953,41
Sobras Recebidas da Central	-	89.836,71	-	601.601,74
Juros ao Capital Recebidos da Central	130.836,30	130.836,30	157.985,40	157.985,40
Outras Receitas	28.604,41	28.604,41	138,21	4.100,58
Total	890.506,87	1.573.510,64	801.992,90	1.884.302,30

24. Outras Despesas/Dispêndios Operacionais

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Descontos Concedidos	(74.040,58)	(91.350,99)	(41.997,06)	(61.832,23)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(967,25)	(1.463,15)	-	-
Despesa com Tarifas	(379,80)	(644,56)	(220,24)	(267,54)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(21.960,63)	(35.417,33)	(11.521,00)	(20.056,50)
Contrib. ao Fundo Garantidor de Depósitos	(224,04)	(552,05)	(254,99)	(654,06)
Contrib. ao Fundo de Tecnologia da Informação	-	-	(18.773,71)	(38.222,45)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(1.337,01)	(1.536,00)	-	-
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(2.356,97)	(3.326,03)	-	-
Outras Contribuições Diversas	(13.575,67)	(26.393,80)	(12.905,21)	(19.452,66)
Perdas - Fraudes Externas	(1.000,00)	(1.000,00)	(0,42)	(0,42)
Outras Despesas Operacionais	(1.576,35)	(4.577,72)	(5.731,86)	(9.661,67)
Total	(117.418,30)	(166.261,63)	(91.404,49)	(150.147,53)

25. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Outras Receitas	189,46	1.034,82	80,00	425,50
Ganhos de Capital	189,46	1.034,82	80,00	425,50
Outras Despesas	(140,45)	(5.940,45)	(68,36)	(1.568,36)
Perdas de Capital	-	-	-	(1.500,00)
Despesas de Provisões Não Operacionais	-	(5.800,00)	-	-
Outras Despesas Não Operacionais	(140,45)	(140,45)	(68,36)	(68,36)
Total	49,01	(4.905,63)	11,64	(1.142,86)

26. Resultado Não Recorrente

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para o exercício de 2020 não se aplica evidenciar o resultado não recorrente.

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.265.811,55	2,74%	15.417,58
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	336.815,53	0,28%	1.456,00
TOTAL	3.602.627,08	3,02%	16.873,58
Montante das Operações Passivas	7.080.668,13	14,26%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	14.518,34	118,11	2,44%
Conta Garantida	32,83	0,33	0,00%
Direitos Creditórios Descontados	2.131.225,24	9.572,85	6,20%
Empréstimos	1.151.437,05	5.899,05	5,22%
Financiamentos	32.456,44	240,19	0,92%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.456.756,42	5,6989%	0%
Depósitos a Prazo	2.219.468,57	5,7471%	0,1615%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	948.919,49	20,6406%	0,1446%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	120.702,66	2,6255%	0,1397%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração média aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDICARMO.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	2,06%	20,19%

Financiamentos Rurais - repasses	1,38%	44,82%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,64%	164,62%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,43%	6,64%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,14%	3,03%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020

Empréstimos e Financiamentos	1,55%
Crédito Rural (modalidades)	2,85%
Aplicações Financeiras	14,26%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Conta Corrente	26.319,51
Crédito Rural	5.843.969,16
Empréstimo	2.310.831,65
Financiamento	89.944,52

As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Saldo em 2020	773.051,80
Saldo em 2019	28.610,44

No exercício de 2020, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Honorários	219.695,40	439.390,80	218.388,63	440.611,78
Conselho de Administração	146.755,74	293.511,48	142.535,95	259.332,48
Conselho Fiscal	30.587,71	62.035,54	30.884,07	61.171,56
Gratificações da Administração	78.799,07	113.012,74	75.582,49	132.920,90
FGTS Diretoria	17.575,53	43.704,50	19.962,12	40.429,39
INSS Diretoria/Conselhos	77.794,97	180.371,05	86.293,56	172.108,20
Total	571.208,42	1.132.026,11	573.646,82	1.106.574,31

28. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDICARMO em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICARMO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa - Centralização Financeira (nota 4)	59.753.766,48	48.970.370,89
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)	4.897.792,93	4.727.656,33

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2020, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 26/08/2020, com opinião sem modificação.

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

29.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as

decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 10.124.565,06 (31/12/2019 - R\$ 7.623.492,27), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

31. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. Em 31/12/2020, o Patrimônio de Referência (PR) do SICOOB CREDICARMO estava em conformidade.

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	209.470,36	209.470,36	208.346,48	207.677,88
COFINS	617.723,74	617.723,74	611.498,11	611.498,11
Outras contingências	10.000,00	-	10.000,00	-
Total	837.194,10	827.194,10	829.844,59	819.175,99

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICARMO existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.032.547,00

Carmo do Rio Claro, MG 26 de janeiro de 2021.

Rodrigo Carvalho Rollim
Diretor Administrativo

Edson Rodrigo Marinho
Diretor de Negócios

Geraldo Majela Ferreira
Diretor de Controles e Riscos

Elaine Cristina Neto
Contadora CRC/MG 082.177

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda. - Sicoob Credicarmo

Carmo do Rio Claro - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda. - Sicoob Credicarmo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credicarmo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 08 de fevereiro de 2021.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do SICOOB CREDICARMO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda., reunido em 26/02/2021, em cumprimento do art. 93 do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício de 2020, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SICOOB CREDICARMO, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda., em 31 de Dezembro de 2020.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020.

Carmo do Rio Claro (MG), 26 de Fevereiro de 2021.

Elder Ulisses de Oliveira
Coordenador do Conselho Fiscal

Ruvar Balzac de Gabriel e Dorighello
Secretário do Conselho Fiscal

Cássio Luis da Silva Balbino
Conselho Fiscal-Efetivo



RAZÃO SOCIAL: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda.

ENDEREÇO: Praça Dona Maria Goulart, 225. Centro
Telefone: (35)3561-1561
37.150-000 Carmo do Rio Claro (MG)

DATA DA CONSTITUIÇÃO: 13/02/1989

DATA DA INAUGURAÇÃO: 12/06/1989

CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO EXPEDIDO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL: 4494307/88 em 14/03/1989.

REGISTRO NA JUCEMG: 31.4.0000.382.7 em 13/04/1989

CNPJ/MF: 25.743.311/0001-71

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 2019/2023

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Rodrigo Reis de Azevedo

CONSELHEIROS: Claumi Pio Villela Júnior
Cristiane Aparecida da Silva
Edson Costa de Paula
Leonardo Krauss Santana Pereira

DIRETORIA EXECUTIVA:

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Rodrigo Carvalho Rollim

DIRETOR DE NEGÓCIOS: Edson Rodrigo Marinho

DIRETOR DE CONTROLES E RISCOS: Geraldo Majela Ferreira

CONSELHO FISCAL: 2020/2023

EFETIVOS: Elder Ulisses de Oliveira
Ruar Balzac de Gabriel e Dorighello
Cassio Luis da Silva Balbino

SUPLENTES: Domingos Henrique de Mesquita
Marcílio Leite Peres
Romário Rodrigues Ferreira

RELATÓRIO ANUAL 2020



/sicoobcredicarmo



/sicoobcredicarmo

